

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 66/XII/2.<sup>a</sup> SL**

Aos 26 dias do mês de junho de 2013, pelas 10:20 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

**10:00 Horas**

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a Proposta de Lei n.º 153/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) - "Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro";**

**Relator - Deputado João Lobo (PSD)**

3. **Apreciação e votação de novo parecer sobre a Proposta de Lei n.º 150/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) - "Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de setembro" (a remeter à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sequência do parecer emitido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados);**

**Relator - Deputado Hugo Velosa (PSD)**

4. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**

**Projeto de Lei n.º 406/XII/2.<sup>a</sup> (BE) - "Garante o exercício dos direitos dos utilizadores, consagrados no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos"; Projeto de Lei n.º 423/XII/2.<sup>a</sup> (PCP) - "Assegura os direitos de utilizações livres previstas no Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos";**

5. **Fixação da redação final do texto que procede à " Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições" [PPL n.º 136/XII/2.<sup>a</sup> (GOV)], nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República;**
6. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
7. **Outros assuntos.**

**11:30 Horas**

**Audição do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal  
(Requerida pelo Grupo Parlamentar do PS)**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 66/XII/2.<sup>a</sup> SL**

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão da Comissão, Senhor Deputado Fernando Negrão, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas e designados relatores:

<p><b>Projeto de Lei n.º 426/XII/2.<sup>a</sup> (PCP)</b></p>	<p><u><a href="#">Cria um regime especial de declaração de morte presumida em caso de naufrágio de embarcações de pesca.</a></u></p>	<p><b>Relator: Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)</b></p>
<p><b>Projeto de Lei n.º 427/XII/2.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP)</b></p>	<p><u><a href="#">Altera o Código Penal, a Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, e a Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, transpondo para a Ordem Jurídica Interna a Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho.</a></u></p>	<p><b>Relatora: Deputada Elza Pais (PS)</b></p>
<p><b>Proposta de Lei n.º 158/XII/2.<sup>a</sup> (GOV)</b></p>	<p><u><a href="#">Estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros, e outras infraestruturas</a></u></p>	<p><b>Relator: Deputado Carlos Peixoto (PSD)</b></p>

Seguidamente, o Senhor Deputado João Lobo (PSD) apresentou o parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a [Proposta de Lei n.º 153/XII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - "Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro".

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 66/XII/2.<sup>a</sup> SL

Relativamente ao parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 150/XII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - "*Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de setembro*" (a remeter à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sequência do parecer emitido pela Comissão Nacional de Proteção de Dados - CNPD), o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) informou que havia tido conhecimento de que seriam apresentadas propostas de alteração à Proposta de Lei, para discussão e votação na especialidade na Comissão de Orçamento e Finanças, no sentido apontado pelo parecer da CNPD, pelo que haveria utilidade em aguardar para as conhecer e verificar da eventual sanção das questões ali suscitadas, que poderia vir mesmo a dispensar uma segunda pronúncia da 1.<sup>a</sup> Comissão.

A solicitação do Grupo Parlamentar do BE, ficou adiada para a reunião seguinte a discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 406/XII/2.<sup>a</sup> \(BE\)](#) - "*Garante o exercício dos direitos dos utilizadores, consagrados no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos*" e do [Projeto de Lei n.º 423/XII/2.<sup>a</sup> \(PCP\)](#) - "*Assegura os direitos de utilizações livres previstas no Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos*".

Finalmente, foi aprovada por unanimidade, sem as presenças do BE e do PEV à fixação da redação final do texto que procede à "Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições" [PPL n.º 136/XII/2.<sup>a</sup> (GOV)], nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República.

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) suscitou ainda a necessidade de se voltar à discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 114/XII](#), que "*Aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário*", em particular ao seu artigo 10.º, tendo proposto oralmente, em conjunto com o CDS/PP, a eliminação da parte final do n.º 2 "*com exceção das secções de execução, cuja representação é assegurada por procurador-adjunto*", em consequência da redação que ficara aprovada para o artigo 183.º (numeração do texto final). A proposta foi aprovada com votos a favor do PSD e

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 66/XII/2.<sup>a</sup> SL**

do CDS/PP e as abstenções do PS, do PCP e do BE, tendo assim ficado concluída a votação na especialidade desta iniciativa legislativa, que tivera lugar nas reuniões de 18 e 19 de Junho.

Não havendo relatórios sobre iniciativas europeias para apreciar, passou-se, de imediato à audição do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC), requerida pelo Grupo Parlamentar do PS.

O Presidente do CFSIIC, Senhor Deputado António Gameiro, que vinha acompanhado pelos membros do Conselho Dr. Luís Pais de Sousa e pelo Juiz Desembargador Rui Moreira, começou por fazer uma intervenção inicial acerca da atividade da entidade a que preside, bem como ao relatório que entretanto havia enviado à Comissão.

Seguidamente o Senhor Deputado Pita Ameixa (PS) apresentou as razões que estiveram na base da apresentação do requerimento por parte do seu Grupo Parlamentar e colocou algumas questões que foram de imediato respondidas pelo Presidente do Conselho e pelo Juiz Desembargador Rui Moreira.

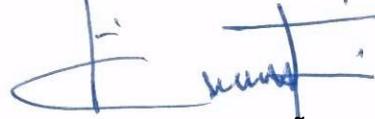
Intervieram, então, a(o)s Senhora(e)s Deputada(o)s Paulo Simões Ribeiro (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP) e João Oliveira (PCP), aos quais o presidente e os membros presentes do CFSIIC responderam.

A audição foi gravada em áudio e [vídeo](#) pelo Canal Parlamento.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de junho de 2013

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(FERNANDO NEGRÃO)**

**Nota: Aprovada em 03-07-2013**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 66/XII/2.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
Isabel Oneto  
João Lobo  
João Oliveira  
Jorge Lacão  
Luís Pita Ameixa  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Ricardo Rodrigues  
Teresa Anjinho  
Carla Rodrigues  
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Cecília Honório  
Francisca Almeida  
Maria Paula Cardoso  
Sérgio Sousa Pinto  
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira  
Telmo Correia